

## **Comitê Nacional em Defesa da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol**

Carolina de Martins Pinheiro

José Geraldo de Sousa Júnior

A sociedade civil organizada sempre é protagonista, seja qual for a cena social de luta por reconhecimento de direitos (campo, terra indígena, gênero, opção sexual, entre outros). Protagonistas diferentes, por vezes, se unem em palcos comuns para reforçar vozes historicamente silenciadas. Esse é o caso do Comitê Nacional em Defesa da Terra Indígena Raposa-Serra Sol (veja o quadro), criado para apoiar a demarcação da Terra Indígena Raposa-Serra do Sol, cujo destino está nas mãos de onze importantes contracenantes, a saber, os ministros do Supremo Tribunal Federal.

Os direitos indígenas foram consolidados em capítulo especial da Constituição brasileira graças à mobilização de lideranças indígenas e entidades indigenistas. Era preciso sensibilizar os constituintes e os indígenas fizeram-se presentes para que a lei dos “brancos” fosse escrita levando-se em consideração sua particular visão sobre a história de sucessivas violações a seus direitos originários. Uma vez escrita, era preciso cumpri-la. A FUNAI e a União, apegadas ao velho modelo assimilacionista, foram instigadas por grupos organizados a usar as novas referências do direito à diferença. Atualmente, é o Poder Judiciário o coadjuvante de uma luta, que parece não ter fim, mas reinícios.

Uma das principais preocupações do Comitê é a reunião de informações e a elaboração de esclarecimentos que servem de subsídios para avaliação do caso. Têm sido recorrentes afirmações errôneas e até mentirosas sobre a relação da terra indígena e o desenvolvimento regional, bem como a limitação e insuficiência de dados oficiais sobre a violência perpetrada por ocupantes ilegais contra as comunidades indígenas da Terra Raposa Serra do Sol. Para subsidiar tanto a opinião pública quanto os próprios ministros do STF, o Comitê elaborou cartas com diferentes perguntas endereçadas a vários órgãos governamentais, entre eles o Ministério Público Federal (MPF), a Advocacia Geral da União (AGU), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em carta endereçada ao presidente do CNJ, também presidente do STF, Gilmar Ferreira Mendes, o Comitê solicita que o órgão se manifeste acerca das irregularidades

da perícia judicial que contrapôs o relatório da FUNAI de identificação da Terra Indígena. Em mensagens ao Procurador-Geral da República e ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, o Comitê chama a atenção para a histórica impunidade que acoberta violências e práticas de corrupção por aqueles que se opõem aos legítimos direitos dos povos indígenas Wapichana, Ingarikó, Taurepang e Patamona.

O foco das perguntas dirigidas ao MMA reside na quantificação e qualificação das infrações, crimes e danos ambientais constatados pelos órgãos ambientais ao ministério subordinados. Já da Advocacia Geral da União, o Comitê aguarda resposta sobre o cruzamento da titularidade das terras em nome de arroteiros e a confirmação da prática de grilagem de terra pública. O Comitê encaminhou ainda solicitações de pesquisa e sistematização de dados ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq).

O Comitê também é responsável pelo Acampamento Nossa Terra, Nossa Mãe que deverá ser realizado em agosto de 2008, portanto antes do julgamento do caso pelo STF. Além de informações, a proposta do acampamento é permitir vivências, que estimulem o movimento de abrir-se cultural e juridicamente ao diferente mundo dos povos da Raposa Serra do Sol. Danças e cantos indígenas se revezarão com debates sobre a Terra de Makunaími e conversas com outros movimentos sociais urbanos e rurais. Numa quadra de novas transformações nas lutas por direitos, a entrada em cena do Comitê Nacional em Defesa da Terra Indígena Raposa-Serra Sol deve ser recebida como um fator importante para a compreensão de que não é possível lutar por igualdade e justiça sem lutar também pelo reconhecimento das diferenças que determinam identidades sociais e históricas.

[Box]

#### **Composição e apoiadores do Comitê:**

- Fórum de Defesa das Organizações Indígenas (FDDI)
- Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)
- Conselho Indígena de Roraima (CIR)
- Instituto Socioambiental (ISA)
- Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAI)
- Grito dos Excluídos

- Conselho Indigenista Missionário (CIMI)
- Central Única dos Trabalhadoras (CUT)
- Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC)
- Movimento dos Sem-Terra (MST)

[Olhos] **A sociedade civil organizada sempre é protagonista, seja qual for a cena social de luta por reconhecimento de direitos**